

As memórias das **crises** do Rio



Um seminário realizado em setembro debateu a crise do Rio de Janeiro, enquanto capital e estado, e reuniu contribuições que ajudam a compreender não apenas as origens desta crise, como, bem mais, os caminhos possíveis de sua superação. Afinal, a crise do Rio é de uma memória que volta sempre a assombrar ou de uma sucessão de maus governos eleitos pela própria vontade popular?

Páginas 7

**As exportações
de manufaturados
do Brasil**

Página 3

**As razões
da desigualdade
social**

Página 11

**Eleições
no Conselho**

Página 16

EDITORIAL

O Rio entre a memória e a história

As possíveis origens da chamada crise do Rio de Janeiro estão no foco desta edição. Afinal, por que a cidade do Rio e o estado fluminense não conseguem decolar?

A questão foi tema de um seminário realizado, em setembro, no Fórum de Ciência e Cultura, e deixou uma das mais sinceras e interessantes contribuições para governantes e políticos interessados em superar a crise que, há décadas, impede a cidade e o estado de realizarem suas potencialidades, que permanecem, contudo, imanentes.

Há quem avalie que o problema do Rio é identitário e que a gênese desta crise está em uma memória – a de capital da República, de tempos idílicos – que sempre volta a assustar e que, por isso, precisa ser deslocada para o campo preciso e imutável da história.

Mas será mesmo? Será que os problemas do Rio vão se resolver com a transferência, não da capital, desta vez, mas de sua memória para um possível e suposto campo da his-

tória – de uma história que encerre de vez uma memória sempre a nos assombrar em um constante retorno? Qual será, realmente, o caminho para que a cidade do Rio e o estado do Rio de Janeiro encontrem direções rumo a uma prosperidade e a um desenvolvimento econômico e social que está sempre a escapulir?

A memória que ainda vive e persiste será sempre um campo de disputa e de conflitos, mesmo que a história esteja a espreitá-la, circundando-a em limites que a própria memória tem ousado transgredir.

Porém, até quando isto será possível?

Após os debates do seminário A Crise do Rio ficou uma pergunta: quantas identidades têm o Rio e o Estado do Rio? Quantas memórias? A partir de quando será possível circunscrevê-las em uma única história? E, mesmo isto, será possível?

Com você, leitora e leitor, uma possível resposta... ■

Sumário

Página 3 A presença de manufaturados nas exportações
Ana Claudia Alem, Fabrício Catermol, Patrícia Zendron e Raquel Geraieste

Página 5 É preciso construir uma alternativa – Plínio de Arruda Sampaio

Página 7 Especial – As origens da Crise do Rio



João Paulo dos Reis Velloso e Marly Silva da Motta

Página 11 As causas da desigualdade de renda no Brasil – Rodrigo Mendes Gandra

Página 15 Fórum Popular de Orçamento – Orçamento do Rio para 2005

Página 16 Eleições no Corecon

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

Conselheiros Efetivos: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pasotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

COMÉRCIO EXTERIOR Ana Claudia Alem, Fabrício Catermol, Patrícia Zendron e Raquel Geraísse*

A presença dos manufaturados nas exportações brasileiras



Diferentemente do que vem sendo dito por alguns analistas econômicos, as exportações brasileiras não estão centradas apenas em *commodities*. Os manufaturados vêm ocupando espaço crescente na pauta

No primeiro semestre de 2004, assistiu-se a um vigoroso desempenho das contas externas comerciais brasileiras. No período, as exportações foram de US\$ 43,3 bilhões e as importações de US\$ 28,3 bilhões, resultando em um superávit de US\$ 15 bilhões. As exportações cresceram a taxas próximas de 30% em relação a 2003. Exportações e saldo constituíram recordes históricos para primeiros semestres. O saldo co-

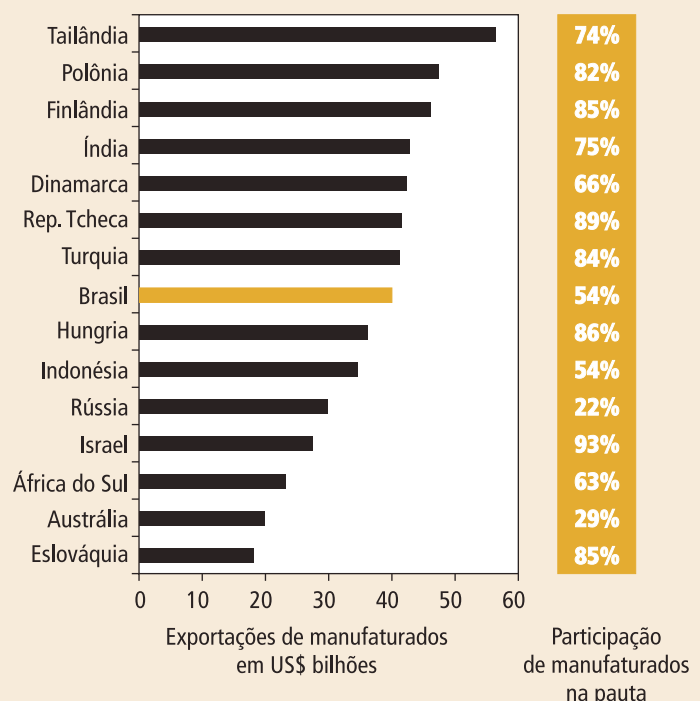
mercial foi de US\$ 29,5 bilhões, no acumulado de 12 meses até junho. No período, o saldo brasileiro é superior a países tradicionalmente exportadores, a exemplo de China, Indonésia e Coréia do Sul. As exportações e o saldo comercial também são recordes históricos para períodos de 12 meses.

A dinâmica das exportações brasileiras é determinada por um conjunto de condições da demanda internacional e da conjuntura interna. Acompanhando a expansão do comércio mundial, a variação de preço das *commodities* tem tido grande influência no saldo comercial brasileiro, já que a pauta brasileira ainda possui grande participação destes produtos.¹ Tanto a exportação de *commodities* agrícolas e minerais

quanto a de petróleo apresentaram crescimento de preço. Em relação a junho de 2003, que já constituía um patamar elevado, os preços das principais *commodities* brasileiras exportadas apresentaram crescimentos superiores a 20%.

Entretanto, o vigor das exportações brasileiras não deriva somente da fase positiva de um ciclo de preços de *commodities*. Bens industrializados de maior valor agregado também possuem bom desempenho na balança comercial brasileira; mais da metade da pauta brasileira é composta por estes bens. Mesmo com o sucesso da agricultura brasileira, a participação dos manufaturados não se reduziu significativamente nos últimos anos. De fato, elevou-se

Exportações de produtos manufaturados: países selecionados em 2003



Fonte: World Bank e CIA World Factbook, elaboração própria.

de 52%, em 1990, para 54% em 2003. A participação de *commodities* manufaturadas (a exemplo do suco de laranja) é de apenas 6% na pauta brasileira.

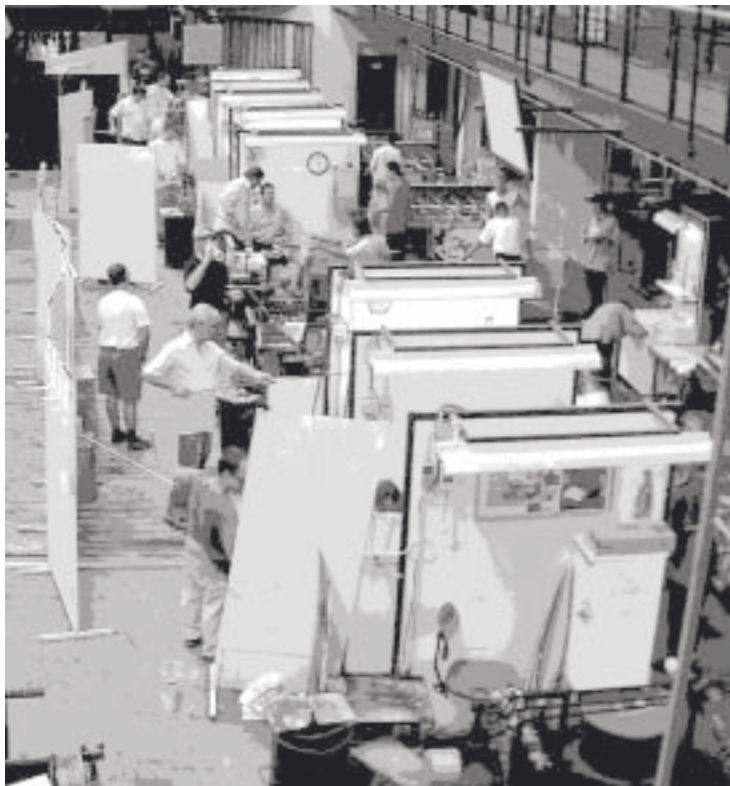
O Brasil é um dos maiores exportadores de produtos manufaturados em valores absolutos. A exportação de US\$ 39,7 bilhões em 2003 lhe conferiu a 28ª posição no *ranking* de exportadores de produtos manufaturados no mundo, ficando a frente de Rússia, Indonésia, África do Sul e Austrália. Estão entre os principais bens exportados pelo Brasil os aviões, automóveis, autopeças, motores para veículos e calçados.

As exportações de manufaturados acumuladas no primeiro semestre expandiram-se 30%, em relação a igual período de 2003, com destaque para o crescimento de 58% das vendas para ALADI. A participação da ALADI nas exportações de manufaturados brasileiros passou de 27%, no primeiro semestre de 2003, para 33%, em 2004.

Contribui para este resultado o bom desempenho econômico da América Latina. As taxas de crescimento dos países, no primeiro trimestre de 2004, apresentaram sensível elevação em relação às taxas moderadas de 2003, quando a região cresceu apenas 1,5%. As economias do Brasil, México, Venezuela, Chile e Uruguai expandiram-se mais do que o esperado, levando a Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe (Cepal) a revisar recentemente a sua projeção de crescimento da América Latina, em 2004, de 4% para 4,5%.

Baixa demanda interna

Apesar de alguns indicadores latino-americanos sugerirem o início de uma recuperação dos respectivos mercados internos, inclusive dos investimentos, as exportações continuam sendo o componente mais dinâmico da demanda, especialmente considerando as elevadas cotações das *commodities* e a continuidade da expansão mundial. A debilidade da demanda doméstica em várias eco-



nomias da região é um fator que preocupa e pode afetar a forte expansão das exportações de manufaturados brasileiros.

Soma-se à crescente demanda externa pelos manufaturados, a baixa capacidade de absorção pelo mercado interno. Uma conjuntura interna marcada por baixo crescimento torna a exportação uma das principais oportunidades das empresas manterem e/ou expandirem sua produção. Neste processo, há tanto o incremento das vendas externas, via ocupação de capacidade ociosa, quanto novos investimentos destinados exclusivamente à exportação.

O segmento de automóveis parece ser um dos melhores exemplos desta dinâmica. Boa parte de seu desempenho exportador recente pode ser explicada por ser um modo das montadoras driblarem a ociosidade das plantas. As projeções da década de 1990, sob as quais foram dosadas as capacidades produtivas, mostraram-se superestimadas em relação ao crescimento da demanda doméstica. Em 2004, houve recorde histórico no volume de produção de veículos no semestre (1,038 milhão de unidades),

representando uma produção um pouco maior (crescimento de 1%) em relação a 1997, ano que detinha o recorde anterior.

As exportações sustentaram este resultado: em junho as montadoras obtiveram a maior receita com exportações de toda a sua história (US\$ 699,7 milhões, +43,9% em relação a 2003). A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estima que o faturamento proveniente de vendas externas cresça 25% este ano. O segmento de calçados, como em outros bens de consumo, apresenta comportamento semelhante. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), o consumo interno de calçados mostrou-se estável ao longo dos últimos anos e as exportações crescentes.

A única categoria relevante de manufaturados de maior sofisticação tecnológica que apresentou queda de exportações no semestre foi a de aparelhos transmissores e receptores (-23,6%). A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) explica esta queda nas vendas externas pelo aumento da demanda interna. Segundo dados da Anatel,

em maio de 2004 havia 52,4 milhões de celulares em serviço no Brasil, 6 milhões a mais do que em dezembro de 2003. Ademais, o aumento da demanda interna por aparelhos de telefonia celular não ocorreu somente pela aquisição de novas linhas, mas também pela troca de aparelhos devido à introdução de novas tecnologias (GSM e nova geração CDMA). Em 2003, os aparelhos de telefonia celular representavam 23% do total exportado pelo setor de eletroeletrônicos; em 2004, apenas 12%.

A evolução das exportações nos últimos dois anos tem sido fundamental para a recuperação do nível de atividade. Ainda que a médio e longo prazo a geração de emprego e renda no Brasil dependa em grande medida da evolução da demanda interna – tendo em vista as dimensões continentais do país – não se deve menosprezar o papel suplementar que as exportações exercem, no sentido de sustentação da demanda agregada em momentos de crescimento insuficiente do consumo e investimento – além de serem, sempre, fundamentais para a geração de divisas para o país.

A aceleração das taxas de crescimento nos últimos meses sugere que o processo de recuperação econômica, liderado pela expansão das exportações, tem se generalizado para as outras componentes da demanda agregada. A grande questão é saber até que ponto haverá uma retomada sustentada dos níveis de investimento, essencial para que a trajetória de crescimento da economia brasileira seja consolidada e sustentada ao longo do tempo. ■

* Economistas da Área de Comércio Exterior (AEX) do BNDES.

1 Para uma análise mais detalhada, ver o segundo número da Sinopse Internacional da Área de Comércio Exterior (AEX) do BNDES, uma publicação trimestral para acompanhamento de assuntos associados à economia mundial, com ênfase no comércio exterior. Ela pode ser acessada no endereço www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/sinopse_intl.asp.

DEBATE Plínio de Arruda Sampaio*

É preciso construir uma alternativa

O texto a seguir é uma edição resumida da palestra proferida pelo professor Plínio Arruda Sampaio no auditório do Corecon-RJ.

Eu quero falar para quem está procurando uma alternativa de verdade, uma proposta de poder oposta ao poder vigente. É óbvio que qualquer alternativa econômica oposta à atual precisa ter uma correlação de forças diferente da que temos hoje, o que requer uma visão do processo social. Falo de uma visão diferente do processo social.

Uma alternativa é uma luta política de um ator social, com a combinação de duas coisas: uma busca intelectual; mas que esteja organicamente ligada a uma luta, pois o que faz a alternativa é a luta, não é o processo intelectual. Os dois se completam.

Não há hoje, no país, uma alternativa concreta ao modelo das elites dominantes. Não tem esforço sistemático, orgânico, de um grupo social de intelectuais, buscando uma nova forma e não tem uma luta de base claramente ordenada para isso. O MST está lutando e ocupando terra, mas não tem um modelo pela frente. A CUT perdeu o caminho.

Estou propondo que é possível pensar o Brasil de um outro jeito. O que temos a resolver? Quais são as políticas públicas aptas a solucionar os problemas da recessão, do desemprego e da desi-



o maior, de gente que tem realmente alternativa, aos menores. Essa é uma possibilidade.

A outra possibilidade, esta sim, que é fogo, é a de ser o profeta do povo. O profeta não é vidente. O profeta é um cidadão que tem a reflexão, vê o que vai acontecer e diz, tem a coragem de dizer o que vai acontecer. No Brasil, hoje, o lugar é o da profe-

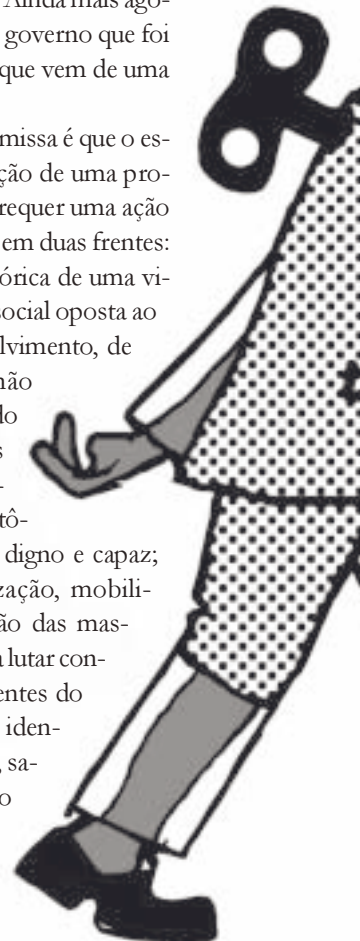
cia. Não temos condições objetivas de uma transformação imediata. Eu não a vejo no meu horizonte e a idéia é se anunciar isso, provocar o debate, a contradição, o conflito. Porque é daí que pode vir a luta, a solução.

Premissas

A primeira premissa é a seguinte: não há solução para os três problemas dentro do sistema capitalista. Ele não resolve esses problemas em nenhum lugar do mundo. O Celso Furtado tem uma frase que diz isso: “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será sempre o privilégio de uma minoria”. Portanto, estou buscando uma alternativa fora do capitalismo, fora da acumulação capitalista.

A segunda premissa é que, atualmente, não há uma proposta alternativa porque vivemos um momento de refluxo da luta de classes. Não há um ator social engajado em luta contra o modelo vigente. As exceções são o MST e o funcionalismo público. Acho que são embriões na construção de um pólo contra o pólo hegemônico do capitalismo financeiro brasileiro. Acho que a virada do FHC desarticulou a luta de classes. Até 1989 ela foi baseada, fundamentalmente, na CUT, no operário urbano. Em um país urbanizado e industrial, por mais que o MST faça, ele não pode virar isso aqui sozinho. Ou se constitui um ator social, antagonico ao sistema, ou vamos ter essa coisa diluída. Ainda mais agora, que temos um governo que foi eleito pelo povo, que vem de uma história popular.

A terceira premissa é que o esforço de construção de uma proposta alternativa requer uma ação simultaneamente em duas frentes: na formulação teórica de uma visão do processo social oposta ao mito do desenvolvimento, de um Brasil que não será desenvolvido como querem os desenvolvimentistas, mas será autônomo, próspero, digno e capaz; e na conscientização, mobilização, organização das massas populares para lutar contra as elites dirigentes do país. Precisamos identificar essas elites, saber onde elas estão e como organizar uma luta contra elas.



Bases para uma alternativa

Primeiro, devemos completar a construção de um estado nacional, independente, autônomo, que possa assegurar a solidariedade orgânica entre os brasileiros. Eu estou seguindo rigorosamente a linha que o Celso Furtado traça no livro *Brasil, uma construção interrompida*. Hoje eu escreveria assim: uma construção interrompida, quase demolida, mas ainda não totalmente arrasada. Acho que o nosso trabalho é uma proposta alternativa para pegar o que sobrou, não deixar arrebentar mais, construir em cima e completar.

É preciso também homogeneizar a sociedade brasileira, que o Celso define assim: satisfazer de forma apropriada as necessidades de todos os brasileiros. Precisamos de uma alternativa onde todos os brasileiros tenham uma vida decente, fruto do seu trabalho e não de cesta básica, bolsa escola...

É preciso romper o jugo da dívida. São 500 anos em que esse país é dominado pelo jugo da dívida. Qualquer modelo que queira dar emprego, produzir e fazer igualdade precisa controlar o câmbio. Rearticular a relação com as grandes multinacionais, que hoje orientam o processo de acumulação em escala mundial. Elas estão aí, não vão sair, são as donas do mundo, é indispensável conversar

com elas. As pessoas que não acreditam na saída acham impossível falar com elas, mas a China está mostrando que é verdadeiramente possível dialogar com as multinacionais. É muito mais fácil esse diálogo de uma posição de força do que de medo. Rearticulação com as grandes multinacionais que estão no país. Estabelecer prioridades em função de objetivos sociais coerentes e compatíveis com o esforço de acumulação do nosso país. A forma de articulação atual com a economia internacional impede a coordenação da nossa economia no plano interno, diz o Celso.

Reduzir o desperdício representado pelo encurtamento de vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade. O desperdício em nosso país é absurdo. Aqui as coisas ficam obsoletas antes de terem pago seu investimento. O que perdemos em investimento em ferrovias é absurdo. Uma das premissas para tentarmos resolver o problema da produção, do trabalho e da igualdade é reduzir o desperdício representado pelo encurtamento da vida útil de bens que nós já incorporamos.

Reativar a produção “fordista”. Vamos reativar essa indústria que está aí e aumentá-la. É uma indústria que emprega muito. Reativar e descentralizá-la. Realizar as reformas estruturais, redistributivistas da renda e da riqueza. Recuperar a produção aqui dentro, com a nossa tecnologia. Se tivermos um mercado vivo, de 170 milhões, com escola, educação, lazer, teremos dado um grande passo.

Acredito que precisamos fazer um tempo de ruptura. O Brasil precisa de um tempo seu, para andar no seu próprio ritmo. O ritmo que vem de fora é impossível. Vamos crescer, com o nosso ritmo. O princípio do dinamismo da economia brasileira é a expan-

são do mercado interno. Acho que não é impossível uma vida digna com um consumo mais moderado, modesto. Temos recursos naturais para isso. O grau de desenvolvimento das forças produtivas já é muito grande. Podemos combinar tecnologias muito modernas, com as atrasadas. No plano técnico, científico, temos pessoas preparadas para resolver qualquer tipo de problema. Temos centros de excelência e a possibilidade de intercâmbio Sul-Sul.

Obstáculos

Quais são os obstáculos? A represália do capitalismo internacional. Mas não seria a primeira vez que o Brasil ficaria sem capital estrangeiro. Se fizermos uma comparação, veremos que todas as vezes que isso aconteceu, o Brasil se deu muito bem. No momento que fizermos uma política desse tipo, vamos ter carências. Faltarão produtos nos supermercados, remédios, certos bens atuais a que estamos acostumados.

Mas há que se combater esse consumismo, pois, 30% da produção capitalista são puro desperdício. Esse consumismo é burro, embrutecedor, egoísta, de falsos valores. Então, estou dando o obstáculo e o antídoto. Ou nós temos um modelo introjetado no povo, que na hora que falte alguns produtos todos compreendam, ou não temos modelo de alternativa. Precisamos também combater o colonialismo cultural: aqui, todo mundo acha que é bom o que é estrangeiro. Esse é um outro obstáculo. Precisamos estimular no brasileiro a idéia de que ele é competente, é capaz.

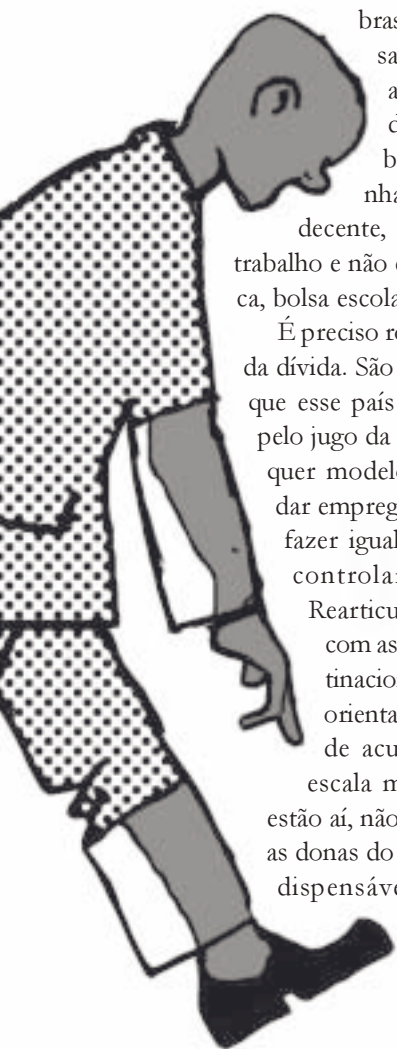
É preciso conciliar a disciplina necessária para construir um novo país com democracia. Isto é um problema real, o risco é muito grande porque precisa de uma disciplina social forte. Nós

temos sinais de que a nossa sociedade tem uma disciplina social fantástica. O apagão é um exemplo clássico, mostrou a capacidade de percepção do povo e a atitude racional – muitos estavam com raiva do governo, mas perceberam que se não colaborassem iriam se prejudicar também. São elementos que estão na cultura do nosso povo, que são úteis para a gente enfrentar esse problema da disciplina social e da democracia.

Qual é a função de uma proposta alternativa no momento que estamos vivendo? Retomar o debate ideológico, hoje paralisado. O padrão de vida do primeiro mundo não pode ser universalizado, e nem é um padrão ecologicamente sustentável, moralmente justificável. Temos que ter uma alternativa para a resistência e para a construção do instrumento político de transformação social. É uma tarefa de longo prazo, mas é preciso que isso tenha um certo ciclo. Temos um governo eleito pelo povo, a esperança desse povo. E isso não se desfaz como espuma. Isso vai ter um tempo, é preciso respeitar esse tempo, trabalhar ele. É uma tarefa de longo prazo, porque precisamos criar a convicção da possibilidade da mudança. A nossa geração terá que ser a sementeira, não é a geração da colheita.

Isso para mim é alternativa. Já as outras, eu não as considero alternativas, mas sim melhoras maiores ou menores. Acredito que devemos ter um grupo na sociedade que assuma a idéia da profecia, de dizer que há uma possibilidade. É a linha do horizonte que faz a navegação. Nem que isso tudo que falei vá se modificando ao longo do processo, mas é preciso ter alguma coisa lá. O que sinto hoje é que ninguém tem nada lá. ■

* Ex-parlamentar e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária.



ESPECIAL



Seminário
**A CRISE
DO RIO**

As origens da crise do Rio

Em setembro, o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ realizou o primeiro seminário **A Crise do Rio**, que, reunindo historiadores, economistas e estudiosos da vida do Rio de Janeiro, deram início a um debate sobre a história do estado fluminense e de sua capital – ou do antigo Estado da Guanabara: as razões mais profundas que podem contribuir não apenas para a compreensão sobre o momento atual do Rio, como lançar luz sobre suas perspectivas. Neste e no próximo número do *JE*, estaremos publicando algumas intervenções que marcaram o seminário, como uma contribuição para o debate sobre as soluções e alternativas para a cidade e para o Estado do Rio de Janeiro.

“Subestimamos o ovo da serpente”

João Paulo dos Reis Velloso* - *Ex-ministro do Planejamento*

O título do seminário é A Crise do Rio e eu abri o jornal, hoje, de manhã, e encontro esta manchete: “Gás vira monopólio do tráfico na Rocinha”. Até algum tempo atrás eu dizia: esta história de narcotráfico é um estado paralelo. Mas estamos vendo que não é bem assim. É um Estado superior ao Estado, porque ele definiu que queria o monopólio do gás no Rio. Não foi, pois, um pacto no sentido de entidades, foi o tráfico que decidiu acima do poder do Estado.

Eu começo dizendo alguma coisa sobre a fusão Guanabara-Estado do Rio e vou cobrir três pontos. O primeiro se refere à fusão, nos primeiros meses do Governo Geisel, e podemos dizer que a motivação da fusão foi dupla. Em primeiro lugar, evitar que continuasse no Brasil uma tendência a uma predominância de um estado – São Paulo. A idéia era ter um segundo pólo de desenvolvimento e, talvez, em Minas Gerais, um terceiro, e alguma coisa no Nordeste. Ao lado da fusão, fez-se a divisão do Estado de Mato Grosso, dentro da mesma

idéia. O potencial do Mato Grosso era enorme porque depois dos esforços coordenados pelo Ipea, mostrando o potencial dos Cerrados, que realmente mudaram a face e abriram uma nova fronteira para a agricultura brasileira, a idéia era evitar, desde logo, que houvesse um futuro São Paulo. Outra motivação era dar dinâmica econômica própria ao Estado do Rio de Janeiro, e se recuperar a idéia de que o Rio não era mais capital federal. Eu conduzi, no Planejamento, os estudos econômicos e, principalmente, o deputado Célio Borja, que era o líder do Governo na Câmara, conduziu os estudos políticos. Era a idéia de um pólo industrial, com as óbvias potencialidades do Rio de Janeiro, principalmente, se levarmos em conta os centros de excelência existentes, particularmente, na cidade do Rio.

Naquela época, se fizeram os Centros de Tecnologia na área de infra-estrutura, energia elétrica, petróleo, tudo lá no campus (Fundão), e se pensava ser possível uma certa parceria entre universidade-indústria, uni-

versidade-empresa, mas também um pólo agrícola, e teve até o programa de desenvolvimento do Vale do São João, com um programa que instituiu um projeto de irrigação da área. A gente vivia citando – “mas não é possível, o Rio de Janeiro importa hortigranjeiros de Mogi das Cruzes. É preciso acabar com isto, não tem o menor sentido” – e até hoje importamos alface de São Paulo. E, obviamente, a construção naval. Depois veio o pólo do petróleo, porque a descoberta, nós já tínhamos a informação sobre a alta probabilidade de um campo gigante de petróleo em Campos. Só se sabe se tem petróleo quando encontra. De modo que um pouco era esta a idéia.

Ovo da serpente

Mas, talvez, a percepção ainda fosse fraca com relação a outros aspectos, pois havia ali algum problema. Um problema de um sistema político com tendências altamente clientelísticas, que facilmente produz maus governos.

A minha conclusão é que a crise do Rio de Janeiro tem muito a ver com os problemas deste sistema político e de uma sucessão de maus governos. Certamente, nós subestimamos aquele ovo da serpente, porque há uma responsabilidade muito grande, um envolvimento muito grande deste problema todo da área político-administrativa com o fato de o Rio de Janeiro até hoje não ter conseguido realizar o seu potencial. E nós devemos começar a entender a crise do Rio de Janeiro por aí, e buscarmos soluções partindo daí.

Pois veio o governo Faria Lima, que foi bom, do ponto de vista administrativo, mas que tinha aquela aversão à política, o que é um erro. O sistema político existe, ele tem poder, ele tem funções, ninguém pode pretender governar sem lidar normalmente com o sistema político. E em seguida começou a sucessão, não vou dizer que todos os governos foram maus, mas talvez dê um prêmio a quem me convença que nem todos o foram. Talvez, um, ali, possa ter sido razoável. Talvez. Sempre se deve dar o benefício da dúvida ao réu, nunca esquecendo, governos eleitos por nós. Quer dizer, nós somos parte desta crise.

Falando nessa sucessão de maus governos, eu diria que estava faltando apenas um ingrediente, que era o baixo clero do partido majoritário da maioria de governo ter ligações com o jogo do bicho e, mais adiante, com o narcotráfico, crime organizado, como queiram chamá-lo, até que um dia isso come-

çou a acontecer. Quando ocorreu, nós passamos a ter todos os ingredientes para o que podemos chamar de “guerra da Rocinha”, ou “Estado superior ao Estado”, é uma questão de preferência. O Deng Xiao Ping (líder comunista chinês) gostava de dizer: não importa saber se o gato é preto ou branco, o que importa é que ele coma ratos.

Arranjos produtivos

Então, o que importa é o animal que nós temos, que é esta sufocante presença da violência, e vamos falar claramente, influência do narcotráfico, do crime em geral, sobre a vida do cidadão comum do Rio de Janeiro. E tudo isso, todo esse imbróglcio, impede que se realize o potencial. Minha última palavra é exatamente sobre o fato de que o Rio de Janeiro continua a ter um enorme potencial de desenvolvimento econômico, que é fácil de identificar, a começar pelos setores de tecnologia avançada, porque temos todos os elementos para isto, a começar pelos centros de excelência que podem constituir o que se chama hoje de inovação, parque tecnológico, que nome tenha, como há alguns em São Paulo, pelo menos três ou quatro, mas há também em Santa Rita de Sapucaí, em Minas Gerais. São 36 empresas ligadas a um centro de comunicações; como há em Pernambuco, o que se chama Porto Pernambuco, que é um grande pólo de informática.

Se Pernambuco, por causa da universidade, pode fazer isso, por que o Rio de Janeiro, com tantas universidades, não pode ter até alguns clusters menores, no interior, além de potenciais arranjos produtivos locais que, na verdade, são aglomerados produtivos? Clusters de pequenas empresas, aglomerados de pequenas empresas, não necessariamente para alta tecnologia, em geral não são de inovação de alta tecnologia. E o potencial de agricultura, que continua, os serviços em geral, principalmente, os mais sofisticados, para não falar do turismo que, obviamente, é prejudicado pelo problema da violência.

E uma referência absolutamente necessária, a questão social e a questão de segurança. Não há quem possa dizer que a questão social é que leva ao problema da segurança. Não. Mas que estão interligados, certamente. E devemos procurar as saídas por uma ofensiva integrada em questão social e de segurança, ou seja, os programas de segurança para as favelas e periferias devem conter as políticas sociais. Digamos, um negócio tipo Favela-Bairro, mas não é só para fazer urbanização de favelas, não. É para transformar a favela em parte da cidade, não dentro daquilo que continua e que Zuenir Ventura chamou de “a cidade partida”. Isto é um crime contra a cidade, contra nós. Favela é um bairro como um outro qualquer, mas é preciso levar o Estado às favelas, às periferias e, particularmente, as políticas sociais, de educação, saúde, tudo isso.

“Uma memória sempre a nos assombrar”

Marly Silva da Motta - *Historiadora do CPDOC/FGV*

Quando observo a “crise” do Rio de Janeiro acho que uma imagem que é muito recorrente é a do Rio como refém. E que está presente nos jornais, na mídia, de um modo geral. Refém das balas perdidas; dos flanelinhas, da Cedae, porque de vez em quando arrebenta um cano e a gente fica presa, sem poder andar de um lado para o outro; dos políticos federais; estaduais. Então, esta idéia – e aí estou falando especificamente da cidade – do Rio como refém acho interessante analisar deste ponto de vista. Mas talvez a gente possa pensar o Rio como refém do passado. Acho que o Rio é refém da memória de um passado que, em geral, é entendido como

a “idade de ouro”. A gente entende que o período de capital federal, do estado da Guanabara, como algum período em que a cidade viveu muito bem, numa situação muito boa.

Daí, a necessidade que a gente tem – nós, da cidade do Rio de Janeiro – de se libertar do peso deste passado. Por isso, uma proposta que tenho, nesta apresentação sobre a crise do Rio, é tirar do debate esse lugar atemporal. Parece que os debates estão sempre num lugar que a gente não consegue determinar no tempo; parece que sempre o Rio esteve numa crise. Mas acho que exatamente a atemporalidade em que esses debates costumam ocorrer sobre a crise do Rio os tornam presa fácil de uma disputa que é pela

memória, e é uma disputa política também.

Um segundo lugar, e como decorrência desse objetivo de tirar os debates da atemporalidade, é exatamente conferir historicidade aos debates sobre a crise carioca. Foi exatamente o que nós chamamos no livro “A Política Carioca em Quatro Tempos”, produzido pelos pesquisadores do CPDOC. Qual foi o ponto de partida do livro, que também é ponto de partida da minha apresentação? É a necessidade de um choque de história na memória do Rio de Janeiro. O que chamo de choque de história é colocar o debate sobre a crise do Rio de um ponto de vista histórico.

O Rio na Constituinte de 1890

Começo, por exemplo, pelo debate na Constituinte de 1890, a primeira constituinte republicana. Um dos pontos era a possibilidade de tirar a capital do Rio de Janeiro, transferir a capital. E os dois pontos principais que mobilizaram esse debate, em 1890, foram, por um lado, os interesses políticos locais, ou seja, de um lado, no Congresso Constituinte, se tinha uma bancada fluminense que defendia a reincorporação desta cidade ao Estado do Rio de Janeiro; do outro, uma bancada carioca, liderada pelo senador Tomás de Aquino, que defendia a transformação da cidade do Rio de Janeiro em Estado da Guanabara. É, então, a primeira vez que aparece, no artigo terceiro, a previsão da transferência da capital.

Ao lado disso, de interesses políticos locais, se tem uma série de representações, de imagens construídas sobre a ex-capital Federa-

ral. Por que se dizia que a capital teria que sair do Rio? Porque era uma cidade desordeira, agitada, estrangeirada, pela grande quantidade de imigrantes portugueses que havia na época, ameaçadora – era a cidade da desordem. Então, não poderia ser a capital. Está presente nos debates da Constituinte e na imprensa. Há a proposta do senador fluminense Quintino Bocaiúva, de levar a capital, que se chamaria Cidade de Tiradentes, para o Planalto Central. A verdade é que o artigo terceiro da Constituição de 1891 prevê a transferência da capital para uma área do Planalto Central, e que o Rio se transformaria em Estado da Guanabara, com a vitória da bancada carioca.

Nas Constituições de 34 e de 46, em ambas, manteve-se a indicação da transferência para o Planalto Central e a transformação do Rio em Estado da Guanabara. A de 37, a Polaca, foi a única que retirou esta possibilidade, de tirar a capital do Rio. Claro, sabemos bem, porque dentro do projeto Vargasista, de centralização autoritária, o Rio deveria se tornar, e efetivamente se tornou, a sede do Estado do Rio. O debate mais aceso, sabemos todos, é ao final dos anos 50, com a decisão do Governo Juscelino, de transferir a capi-

entre as esferas federal e municipal, que havia se esgotado politicamente, também. O Rio era todo politizado, e não poderia exercer, como deveria ser, o papel de capital federal.

Belacap versus Novacap

Em 1960, a capital foi transferida para Brasília, e aí o que fazer do Rio? O que o Rio iria ser? Se reincorporaria ao Estado do Rio? Observem que não estou usando o termo “fusão”, porque não era o termo usado. O termo usado em 1960 era “reincorporação”. E reincorporá-lo como? Como capital do Estado do Rio? Havia políticos que achavam que não, que o Rio deveria ser uma cidade comum, que a capital poderia continuar sendo Niterói, por exemplo. Havia propostas da cidade nacional do Rio de Janeiro. Quer dizer, tirar o Rio de Janeiro do conjunto federativo normal e transformá-la numa cidade nacional. Ou, então, manter dois distritos federais: o Rio, como a capital cultural, e Brasília, como a capital política. Foram propostas discutidas no Congresso. Ou, então, porque prevista constitucionalmente, a transformação do Rio em Estado da Guanabara.

Mas que estado seria a Guanabara? Um estado comum, como outro qualquer? Não. A proposta que acabou vencendo foi uma Cidade-Estado e, portanto, um estado com um lugar muito especial na Federação, que vim a chamar de um Estado-Capital. Primeiro governante: Carlos Lacerda. O projeto dele, na verdade, me parece, acabou se dividindo em duas partes, que a gente pode identificar até num governo único: se você tinha uma cidade-estado, uma cidade que lembrava a capital, e o estado que apontava para a nova situação federativa, se tinha a opção: ou se existia simbolicamente, economicamente, politicamente, no pólo cidade, e aí se estaria, na verdade, reforçando a manutenção do papel do Rio como capital, de fato, ou se investiria no pólo estado, que transformaria a Guanabara num estado federativo.

Acho que o Lacerda, até por interesses políticos, pelo próprio lugar que tinha na política, como um futuro e potencial candidato à Presidência da República, vai investir mais



tal. E aí acho que a gente tem que ver as duas pontas da transferência da capital.

De um lado, a construção de Brasília, sim, e o impulso para ocupação do Centro-Oeste e todo o projeto sócio-econômico e geopolítico de expansão capitalista, enfim, tudo aquilo que os economistas e os políticos costumam bem estudar, com todo o interesse. A outra ponta, era a avaliação de que o Rio, em crise, era isto que era dito, não teria mais condições de sediar a capital do país. Ou seja, o Rio não poderia mais exercer a condição de capital. Tanto porque era insegura para os presidentes, como por alguma coisa que é recorrente para nós, o conflito político e administrativo

naquilo que ficou conhecido como “Belacap”, ou seja, na capital bela, em grande medida para se contrapor à “Novacap”, que era do seu potencial rival, em 1965, Juscelino. Então, o primeiro governo da Guanabara não investiu no seu pólo estado; preferiu mais investir na sua função cidade. Ao contrário de Chagas Freitas – o ovo da serpente, em boa medida, era o Chagas Freitas: o investimento na política local, investimento nas redes locais, nas redes clientelísticas.

O terceiro governo da Guanabara, o último, de Chagas Freitas, investiu no processo de efetiva estadualização da Guanabara, que foi interrompido, exatamente, pelo processo de fusão, que, me parece, no primeiro momento, a transferência da capital, a efetiva transferência da capital, então, se deu, por volta de 1970, com a transformação de Brasília na capital de fato. Acho que um dos pilares do projeto militar foi a transformação de Brasília na capital efetiva, de fato, do Brasil, tirando da Guanabara essa condição de capital de fato.

Primeiras idéias de des fusão

Município do Rio de Janeiro, ano de 1975, Faria Lima. O João Paulo foi extremamente feliz ao identificar, como um dos grandes problemas, a apolitização do Almirante Faria Lima. Colocar um militar apolítico, que dizia com todas as letras que a sua grande credencial era o fato dele ter horror à questão da política, complicou muito o ponto de partida da fusão. Como botar um apolítico para enfrentar a tarefa de integrar dois estados extremamente politizados – a Guanabara, que tinha Chagas Freitas, e o Estado do Rio, que tinha Amaral Peixoto, dois políticos da mais alta estirpe, no sentido de lidar com a política?

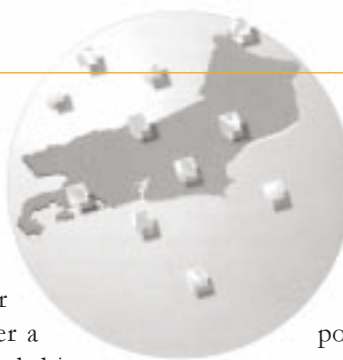
Então, para lidar com duas raposas, experientes na política, o Governo Geisel colocou um militar – nada contra; contra, sim, na medida em que se caracterizava como apolítico. Isso, me parece, vai exatamente começar uma certa percepção que a crise do Rio tinha a ver com a sua perda de autonomia política. Então, voltou novamente a idéia de que “tínhamos autonomia, e a perdemos”. É é interessantíssimo que o prefeito Israel Klabin, do Rio, quando volta Chagas Freitas ao governo, em um outro Estado do Rio de Janeiro, declare, em entrevista a nós, que só aceitou ser prefeito para fazer a des fusão e restabelecer o que seria a verdadeira identidade do Rio de Janeiro. O segundo pre-

feito do município do Rio de Janeiro se declara tendo sido guindado ao posto pelo governador Chagas Freitas para fazer a des fusão e restaurar a verdadeira identidade. Parece-me, e não é à toa, que a década de 1990 tenha sido marcada pela percepção de que a crise do Rio tem origens mais profundas.

Nós tivemos um movimento muito interessante, que eu acho que, de certa maneira, não foi bem sucedido. Se nós não temos perspectivas de futuro, porque identificamos nossos problemas no passado; se os nossos problemas estão no passado, as soluções também estão no passado. Se hoje tivemos um movimento para trás, no intuito de que se lá tínhamos sido vítimas – vítimas de sucessivas transformações em nosso estatuto jurídico-político: deixamos de ser capital, deixamos de ser estado, depois nos transformamos no município do Rio – há no passado uma percepção sucessiva de perdas. Ora, se é no passado que estão as perdas, o nosso movimento foi exatamente de buscar o perdido.

Saudades da Guanabara

Em 92, no movimento Rio Capital, por ocasião da ECO-92, ainda agarrando a idéia de que poderíamos voltar a ser capital, houve todo um movimento de por que não voltar o Rio a ser capital federal, já que, durante a ECO-92, as coisas funcionaram totalmente? Em 95 e 96, começa um outro movimento, de Saudades da Guanabara, com a música de Moacyr Luz, Aldir Blanc e P.C. Pinheiro. Aí me parece que é nesse encontro dessa saudade da Guanabara que vem a recuperação do Carlos Lacerda como modelo de governante estadual. Não é à toa, portanto, que César Maia, em 92, e o Conde, em 96, procuraram se identificar com os seguidores daquele paradigma de governante. E com esta recuperação vem a idéia de que a Guanabara, sim, seria a nossa verdadeira vocação, isto reforçado pelos próprios governantes. É interessante que o próprio Conde, à época prefeito, numa distribuição do ICMS pelos municípios que o Marcello Alencar teria feito, prejudicando a cidade do Rio, levanta a possibilidade de o Rio ser um ente federativo especial: tirá-lo do Estado do Rio e transformá-lo numa cidade nacional, como era proposto em 1960.



Em 2002, a eleição da Rosângela Matheus me parece que acirra, de certa maneira, a idéia de que, no passado, deveria se buscar uma solução, porque teria vindo a eleição de dois governadores do interior do Rio (Anthony Garotinho, o primeiro). É interessante que uma semana depois da eleição da governadora já se tem o lançamento do movimento “Guanabara já” e, logo em 2004, a questão da autonomia carioca, num esforço desses dois movimentos, que foram identificados pela mídia.

Eu fiz um levantamento das colunas assinadas no jornal O Globo, e também das cartas publicadas, e aí é interessante se ver esta situação, dos que se levantavam pró e contra a volta da Guanabara e que existe um solo comum, tanto dos que estão a favor da Guanabara, como os que são contra: é uma memória pontuada de representações construídas ao longo do tempo sobre o passado do Rio e suas relações com o Estado do Rio.

Encerrando, a pergunta que faço é a seguinte: o que fazer, diante deste debate sobre a crise do Rio, que vai ao passado? O que fazer com esse debate que parece ter sete vidas? Minha sensação é que, de novo, a gente sempre tem a esperança de que vai surgir alguma coisa nova no debate sobre a crise do Rio, mas, na verdade, temos a memória do passado a imperar. Eu acho que a primeira coisa é, antes de tudo, mostrar que os eventos da história do Rio são sugados para o terreno fluido e afetivo da memória e, pior, foram feitos prisioneiros de um círculo vicioso que torna a cidade refém de um passado percebido como idade de ouro, mítica, um passado da felicidade. E, por isso mesmo, ficamos submetidos ao pipocar do noticiário do dia-a-dia e incapazes, portanto, de projetar o nosso futuro.

A solução, eu acho que é uma só: o passado do Rio tem que ser deslocado do terreno da memória, aonde sempre vai e volta, e tem de ser lançado no território da história. Ele tem que virar passado. A volta da noite acabou, pois cada noite nunca acaba. Tem que botar no passado, na história, e não na memória que sempre volta. Tirar da memória, botar na história para que ele pare de nos assombrar com esse passado, que já está superado. É com esse movimento que acho que, talvez, possamos analisar a nossa crise de maneira mais crítica e sofisticada. Até mesmo para concluir pela viabilidade da volta da Guanabara, ou não. ■

ESTUDO Rodrigo Mendes Gandra*

As causas da desigualdade de renda no Brasil

O artigo a seguir é um resumo do trabalho com que o autor venceu o XI Prêmio Brasil de Economia, do Conselho Federal de Economia, na categoria de dissertação de mestrado.

“Quando todos pensam iguais é porque ninguém está pensando”

Walter Lippman

Muito além de questões éticas, morais, religiosas, partidárias (...) se preocupar com questões distributivas não significa, por si só, ser igualitarista, socialista, comunista, altruísta, “etc.ista”; é, sim, uma aclamação à racionalidade. Do ponto de vista econômico, a desigualdade de renda extrema seria indesejável por afetar negativamente algumas variáveis cruciais ao bem-estar social, tais quais: crescimento econômico, criminalidade e nível de pobreza da população. Reduzir a desigualdade de renda extrema é perfeitamente compatível com o bom funcionamento de uma sociedade que vive sob o modo capitalista de produção.



No Brasil, a desigualdade de renda apresenta características bem peculiares.

• Em primeiro lugar, tomando por base diversos indicadores usuais (i.g.: Índice de Gini, Índice de Theil, +20/-20), o Brasil é um dos países - senão aquele - que apresenta o maior grau de desigualdade de renda do mundo. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios (PNAD) do IBGE, os indivíduos 10% mais ricos da população se apropriam de cerca de 50% do total da renda das famílias, e, por outro lado, os 50% mais pobres da população se apropriam de pouco mais de 10% da renda total das famílias. O seletivo grupo composto de 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela superior à apropriada pelos 50% mais pobres da população, que possuem 10% da renda

nacional. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano, de 1999, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Índice de Gini só a África do Sul e Malawi têm um grau de desigualdade maior que do Brasil.

• Outra característica é que a desigualdade de renda, desde 1977 até hoje, com exceção da conturbada década de 1980 (período de “estagflação”), se manteve constante. Ou seja, ela não aumenta e nem diminui de forma significativa.

• Ainda, dividindo a população em 10 faixas de renda, nota-se que a desigualdade é maior no décimo superior da distribuição (ou no décimo mais rico da população).

Uma vez que o Brasil é um país de renda *per capita* intermediário, se comparado aos outros países, não se pode dizer que o fenômeno da pobreza brasileira - pelo critério renda - seja basicamente oriundo da escassez de recursos. Deve-se concordar com o especialista Ricardo Paes de Barros, para quem “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. Assim, há um consenso entre os economistas especialistas a respeito de que a forma mais eficiente para se reduzir a pobreza seria via redução da altíssima desigualdade de renda brasileira (sem descartar a importância do crescimento econômico no processo). Daí deriva a relevância do assunto.

Tese ingênua de Langoni

Ao contrário da década de 70, quando ainda havia uma “controvérsia” acerca do aumento da desigualdade de renda no Brasil, hoje em dia, infelizmente, percebe-se uma falta de debate sobre as causas desta estabilidade desagradável. Adota-se como um totem a chamada Teoria do Capital Humano (acrescida de algumas variações) para explicar a perpetuação da extrema disparidade de renda entre os indivíduos.

De acordo com a maioria dos pesquisadores, inspirados pela neoclássica tese de Langoni (1973), a desigualdade de renda no Brasil é alta devido à escassez de mão-de-obra qualificada vis-à-vis a expansão tecnológica que aumentaria a demanda por trabalhadores qualificados. Em outras palavras, como a população brasileira é muito heterogênea, em termos educacionais, como o nível de escolaridade é relativamente baixo, e como a tecnologia expande-se de uma forma relativamente veloz, aqueles poucos indivíduos qualificados tendem a receber os maiores salários e a concentrar maior parte da massa salarial. Diz-se que o sistema educacional não oferta mão-de-obra qualificada no mesmo ritmo do aumento da demanda por trabalhadores qualificados.

Com base nisso, a maioria dos pesquisadores acredita que, à medida que houvesse uma expansão educacional, a heterogeneidade cairia e a desigualdade de renda do trabalho também. Como a expansão educacional, desde a década de 70, evoluiu de forma muito lenta, esta tese continua sem refutações empíricas e, portanto, sustenta-se academicamente.

Mas ainda que esta tese tenha alguma significância explicativa, ela é muito ingênua, pois não leva em conta que, em países como o Brasil, devido à forma de inserção no mercado externo (como um país não-exportador em massa de novas tecnologias), por exemplo, faltam postos de trabalhos de qualidade. Ou seja, o crescimento brasileiro não é puxado por setores intensivos em geração de novas tecnologias. Há de se notar que toda argumentação de geração de uma força de trabalho mais qualificada, para que se eleve a renda e para que se reduza a desigualdade salarial, tem como hipótese a absorção irrestrita da mesma pelo mercado de trabalho.

Um indício de que o Brasil não está gerando postos de trabalho de boa qualidade é que, de 1991 a 1998, o percentual de trabalhadores

ocupados no setor informal (onde a precariedade é maior) passou de 20% para mais de 55%². Barros, Camargo e Mendonça (1997: 25)³, quando analisam a região metropolitana de São Paulo, com base nos dados da PME de 1982 a 1993, mostram que a probabilidade de se estar desempregado quando se é um trabalhador qualificado é menor do que quando se é um desqualificado. Contudo, o tempo de duração média do desemprego aumenta (e vem aumentando ao longo do tempo) com o grau de escolaridade (e com a experiência). Isto é, uma vez que as pessoas de nível superior (e mais experiente) fiquem desempregadas, maior é a probabilidade de elas ficarem mais tempo procurando emprego. Tal dado sugere, então, que a economia brasileira não está gerando tanto emprego de boa qualidade capaz de suprir sua demanda de imediato.

Mesmo que o sistema educacional público no Brasil seja ineficiente e mal focado, e mesmo que o sistema de crédito para educação seja imperfeito, Barros, Ramos e Reis (1992)⁴ e Pastore e Zylberstajam (1992)⁵ mostram que a mobilidade social no Brasil, com base nos dados das PNADs da década de 80, é alta. Ou seja, eles mostram que é normal o fato das pessoas mudarem de classe de renda. Se isto é verdade, se há as pessoas ascendendo socialmente, isto acontece independentemente da situação do sistema educacional. Isto é, os pos-

Há de se notar que a massa salarial vem perdendo participação no PIB, pois, entre 1990 e 1996 ela caiu de 45% para 38%

inicial (*background* familiar). Assim, uma vez que o país não se desenvolva tecnologicamente (uma vez que não assuma o papel de vendedor de tecnologias) e uma vez que não se venda serviços especializados, a educação formal não assumirá o papel de principal gerador de mobilidade social.

Como em qualquer outro investimento, a educação formal envolve incerteza forte (*a la* Knight-Keynes) quanto à distribuição de probabilidades do fluxo de renda futuro. Ou seja, ela não garante a ninguém uma remuneração esperada, mais ainda, ela não garante nem um emprego na área em que a pessoa se qualificou. Quer-se dizer com isto, que a educação não é condição suficiente para que um indivíduo afaça um nível de renda desejado. Níveis elevados de renda requerem, num sentido keynesiano, *animal spirit* frente ao cenário de incerteza forte, ou num sentido maquiaveliano, *virtù* (sem deixar de lado a questão ligada à *fortuna*, ou ao acaso). Ganha mais quem arrisca mais, e os indivíduos que partem de uma dotação inicial mais elevada podem ser tão agressivos, como aqueles indivíduos que não têm nada a perder.

Os economistas neoclássicos

O enfoque da Teoria do Capital Humano (e suas derivações) restringe-se basicamente à explicação do diferencial de apropriação da renda do trabalho. Contudo, há de se notar que a massa salarial vem perdendo participação no PIB, pois, entre 1990 e 1996 ela caiu de 45% para 38%. Não se percebe nenhum esforço acadêmico de compatibilização da análise funcional da renda com o enfoque pessoal; o que seria importante uma vez que a massa de lucros e juros vem aumentando a representação na renda agregada desde então.

Listando a maioria dos *papers* publicados nas principais revistas de economia do país, infelizmente, parece que a desigualdade de renda é um problema que não tem a menor relação com o funcionamento do sistema capitalista. Os modelos atuais encaram a desigualdade de renda como uma derivação da estrutura de determinação de preços da economia. Salvo pequenas imperfeições (discriminação e segmentação) no mercado de trabalho e de crédito, os mercados ainda sim seriam basicamente eficientes. A causa fundamental para a desigualdade de renda (sendo a heterogeneidade educacional a principal) seria algo extra-econômico.



tos de trabalho criados desde o início da década de 80 não necessariamente são intensivos em educação formal. Há postos de trabalho de boa qualidade que dependem muito mais das habilidades natas individuais e de treinamento específico do que de educação formal, i.g., atletas e artistas.

Pastore e Zylberstajam (1992: 211) reconhecem que a aquisição de outros postos depende dos contatos individuais e da riqueza

Mais ainda, os economistas neoclássicos defendem a tese de que a maior parte da distorção gerada sobre a distribuição de renda no Brasil deve-se à omissão dos governos em investir no sistema educacional (o que, em parte, não deixa de ser verdade). Quanto à explicação da determinação de desigualdade educacional, já se pode achar alguns modelos que atrelam as variáveis políticas às variáveis econômicas. Mas, estes novos modelos são vagos por classificarem a sociedade em elites e não-elites, ignorando assim a origem da renda (a visão funcional e organizacional da sociedade).

Mediante estimativa de uma Curva de Lorenz (para 42 países selecionados), Maddison (1995)⁶ mostra que a disparidade de renda entre as pessoas aumentou, entre 1900 e 2000. Assim, olhando para a tendência mundial, não é possível tratar a desigualdade brasileira como algo independente do que acontece no mundo capitalista como um todo ou como algo independente do padrão de desenvolvimento econômico optado pelo país.

A desigualdade de renda não pode ser explicada apenas por modelos que levam em conta a estrutura da oferta e demanda no mercado de trabalho. Deve-se olhar também para a composição estrutural dos lucros, das aplicações financeiras, da riqueza, das regras tributárias, da taxa de juros, da organização funcional e organizacional da sociedade. No que diz respeito ao papel da riqueza na determinação da desigualdade de renda, pode-se dizer que, além da carência de dados confiáveis a respeito, os economistas, por questão de pragmatismo, consideram que a distribuição do ativo, educação, seria mais fácil (ou menos traumático) de ser realizado que a distribuição de terras, máquinas, ativos financeiros, etc. Por isto os economistas geralmente analisam o papel da educação dentro do mercado de trabalho e negligenciam outras dimensões. Economistas neoclássicos, em geral, têm horror às políticas redistributivas, por gerarem distorções sobre a eficiência econômica dos mercados (ou vulgo: insatisfação de

alguns agentes), assim até a possibilidade de se discutir uma reforma tributária mais progressiva é, por eles, evitada.

Em países como a Noruega, Bélgica e Holanda, onde a concentração de renda está entre uma das menores do mundo e onde os mercados funcionam bem, por conta do grande poder de barganha e da capacidade de mobilização dos diversos segmentos da soci-



Os economistas geralmente analisam o papel da educação dentro do mercado de trabalho e negligenciam outras dimensões

idade, o *Welfare State* garante um nível de renda mínimo para gerar o bem-estar de sua população, bem como uma maior equidade nos rendimentos. Através de uma arrecadação progressiva de impostos - em que os mais ricos contribuem mais que os mais pobres - o Estado consegue financiar uma ampla rede de proteção social, que inclui educação, saúde, transporte, seguridade social e previdência. Nota-se que a decisão de tributar o segmento mais rico da sociedade, para a manutenção do bem-estar do segmento mais pobre não é (só) uma decisão de caráter econômico, mas, sim, político-social. Não foi o mercado que decidiu quanto os trabalhadores, ou quanto os capitalistas deveriam pagar de impostos. Tal decisão adveio de um pacto social, fruto de um acordo político entre os diversos ramos da sociedade sobre a incidência dos ônus e dos benefícios.

Hoje, quando se fala de reforma tributária, foca-se muito no problema do peso dos

impostos em cascata, da sonegação, do impacto sobre as contas do governo e da competitividade das empresas. Mas, apesar da grande importância de tais questões, pouco (ou nada) se fala da importância da estrutura tributária para a questão distributiva. Ou seja, poucos são os trabalhos acadêmicos que visam identificar os impactos do sistema tributário sobre a estável desigualdade brasileira. Os *papers* apenas falam na questão da falta de focalização dos gastos sociais e apenas propõe políticas governamentais pontuais (e não políticas redistributivas mais amplas). Nota-se que, no Brasil, além da arrecadação tributária ser regressiva (por onerar mais os mais pobres), por conta do elevado peso dos impostos indiretos na estrutura tributária, a ineficácia - senão corrupção - dos órgãos responsáveis pela distribuição dos gastos sociais acabam por discriminar os mais pobres.

Por fim, mesmo que os economistas neoclássicos acusem o Estado (ou o processo político que o faz funcionar) pelas distorções geradas sobre a distribuição de renda em favor dos mais abastados, não é possível que uma sociedade atinja este ideal de igualdade de oportunidades sem a intervenção do mesmo. Aqueles que defendem a utopia de se viver em um sistema "natural de liberdade", deveriam saber que o mercado por si só não gera igualdade de oportunidades na ausência de um Estado que corrija as tendências inerentemente concentradoras do sistema capitalista. ■

* Economista

1 Para maiores informações ver: Gandra, Rodrigo M. "O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90". Dissertação de Mestrado. Niterói (RJ): UFF, 2002. Contato: rodrigo_gandra@ig.com.br

2 AMADEO, Edward. Dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho. Notas sobre o Mercado de Trabalho, n.º 5. Brasília: Ministério do Trabalho, 1998.

3 BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. A Estrutura do Desemprego no Brasil. Texto para Discussão, n.º 478. Rio de Janeiro: IPEA, 1997, p. 25.

4 BARROS, Ricardo Paes de; RAMOS, Lauro R.; REIS, José Guilherme Almeida. Mobilidade de renda e desigualdade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org). Estratégia Social e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 219-239.

5 PASTORE, José; e ZYLBERSTAJAM, Hélio. Tendências da mobilidade social. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org). Estratégia social e desenvolvimento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 193-218.

6 MADDISON, Angus. Monitoring the World Economy 1820-1992. Paris: Organization for Economics Cooperation and Development (OECD), 1995.

Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Orçamento do Rio para 2005

O Projeto de Lei nº 2.225/04, que estabelece a proposta orçamentária para o próximo ano, prevê uma receita total de R\$ 8.996.028.373,00, em que se prevê que R\$ 8.734.450.663,00 serão provenientes de receitas correntes e R\$ 261.577.710,00 de receitas de capital.

Quanto à despesa total, o projeto de lei determina R\$ 7.263.033.732,00 para despesas correntes e R\$ 1.708.076.641,00 para despesas de capital, tendo ainda R\$ 24.918.000,00 como reserva de contingência. Deste montante de despesa, R\$ 1.443.675.905,00 são destinados aos investimentos do município para 2005, o que equivale cerca 16% do total orçado. De acordo com o artigo 9º desta Lei, o Poder Executivo requisita autorização do legislativo para remanejar durante o ano 30% do orçamento total.

Interessante observar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabeleceu as metas e prioridades orçamentárias para 2005, aprovada em julho deste ano, consta

uma rubrica da Secretaria de Transportes destinada à Linha 4 do Metrô, que prevê a construção de 10 km de linha. O montante destinado para este projeto é de R\$ 30 milhões, destinados exclusivamente para investimentos. Esta rubrica veio substituir o programa de trabalho “Metrô Barra-Ilha – Estudo e Projeto”, uma vez que possuem a mesma numeração.

Em relação ao Pan-Americano, a proposta estabeleceu para a rubrica “Jogos Pan-Americanos 2007”, cujo objetivo são ações preparatórias para a realização dos Jogos, uma dotação de R\$ 81.631.170,00, cerca de R\$ 51 milhões a mais do que a dotação aprovada pela Lei Orçamentária Anual de 2004.

Cabe ressaltar que se trata de uma proposta – este projeto de Lei – que sofrerá modificações – ou não – do Poder Legislativo até 31 de dezembro, estabelecendo-se, assim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2005.

Na próxima edição faremos uma análise mais abrangente deste projeto. ■

O Fórum no XX Since

Em setembro, o Fórum esteve presente no XX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), em Belém (PA). Atuamos no Grupo de Trabalho sobre Cidadania, cujo debate deliberou ações para o fortalecimento da participação social na gestão pública e no controle social em todo Brasil, através da promoção e/ou participação de outros Conselhos no acompanhamento dos orçamentos públicos.

Algumas ações deliberadas:

O Sistema Corecon/Cofecon estimulará e apoiará o Controle Social do Estado, atra-

vés de Fóruns Populares de gestão pública, ampliando e legitimando a atuação do economista em prol do fortalecimento da cidadania;

O sistema atuará de forma pró-ativa no apoio técnico da gestão de projetos sociais, potencializando a responsabilidade social dos economistas;

Criação na página do Cofecon, na internet, de acesso (link) aos projetos e experiências de cidadania, inserção social e responsabilidade social dos economistas;

Participação do Cofecon no “Fórum Brasil de Orçamento”. ■

O que é o Fórum?

De maneira ocasional, mas constantemente estamos sendo questionados/demandados sobre a análise e acompanhamento de outros orçamentos municipais e estaduais. Julgamos, então, ser conveniente reafirmar algumas informações acerca de nossa atuação, natureza e expediente, e da agenda para este ano.

O Fórum Popular do Orçamento do Rio é uma organização apartidária, que reúne pessoas e entidades cariocas interessadas em democratizar o orçamento do município. Transparência, participação e prioridades sociais são as bandeiras do Fórum. Vimos trabalhando de forma voluntária, desde 1995, para tornar o Fórum um instrumento legítimo de acesso às informações governamentais, tentando fazer com que o governo municipal priorize as questões sociais.

O Fórum reúne movimentos de base, Ongs, universidades, associações comunitárias e de moradores, sindicatos, conselhos municipais, entidades profissionais, institutos de pesquisa, pastorais e centros acadêmicos. A sede atual é no Corecon/RJ e nossas reuniões são mensais e articuladas com o Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor do RJ.

Atendemos a demandas do Ministério Público para assistência técnica na representação de ações, e também a convites para cursos e seminários de capacitação em orçamento público em comunidades, associações de moradores, universidades, grupos de jornalistas econômicos, etc. Publicamos e distribuímos amplamente, de forma gratuita, cartilhas sobre o orçamento público que cumprem um papel importante ao fornecer um instrumental básico para o entendimento da questão orçamentária e das formas de intervenção popular em sua definição e fiscalização. Já estamos na terceira cartilha, disponível também na página virtual do Fórum. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola Soriano, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Eleições no Conselho



Os economistas têm até o dia 29 de outubro para votar na chapa do Conselho Regional de Economistas – Corecon-RJ – e fortalecer a instituição, que vem cumprindo papel importante na defesa do mercado de trabalho profissional e dos interesses da sociedade civil.

O voto já vem sendo exercido desde o início do mês através da votação em correio, mas os profissionais inscritos no Conselho que ainda não exerceram este direito podem dirigir-se à sede do Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109/19º, no Centro, e efetivarem o seu voto.

Visando contribuir com o processo de eleição, o *JE* divulga a seguir informações a respeito dos candidatos da chapa inscrita para compor o terço do Plenário de Conselheiros do Conselho Regional de Economia, a partir de 2005, com suas respectivas biografias.

Reinaldo Gonçalves

Professor titular de Economia Internacional da UFRJ, diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política (1998-2002), diretor da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (2000-2002), titular do Conselho Federal de Economia (2001-2003), vice-presidente do Conselho Regional de Economia-RJ (1997-99) e presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (1995-96), além de Livre-docente em Economia Internacional (UFRJ, 1991) e Ph.D. em

Economia pela *University of Reading* (Inglaterra, 1986).

É autor de livros como “Empresas Transnacionais e Internacionalização da Produção” (Ed. Vozes, 1992); “O Abre-alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial” (Ed. Relume-Dumará, 1994); “Globalização e Desnacionalização” (Ed. Paz e Terra, 1999); “O Brasil e o Comércio Internacional” (Ed. Contexto, 2000), “Vagão Descarrilhado” (Ed. Record, 2002); “O Nó Econômico” (Ed. Record, 2003); “A Herança e a Ruptura” (Ed. Garamond, 2003); entre outros.

tranda em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura/UFRJ (2004), cujo tema da dissertação é o “lugar das políticas públicas”. Desde 1999, trabalha no Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul (Pacs) no campo da economia solidária, cooperativismo popular, e atua junto aos movimentos sociais contra o livre comércio e pela auditoria da Dívida Externa.

João Paulo de Almeida Magalhães

Doutor em ciências econômicas pela Universidade de Paris 1 (1953). Livre docente de Ciências Econômicas pela USP (1960), Professor titular da UFRJ (desde 1967) e professor titular da UERJ (desde 1994). Coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia - Cofecon (2002-2004). Tem vários livros publicados, os dois últimos são: “Paradigmas econômicos de desenvolvimento”, ed. UERJ/UFRJ (1998); “Brasil século XXI”, Ed. Paz e Terra (2000); livro no prelo “Nova economia do desenvolvimento e seus corolários de política econômica”.

Carlos Eduardo Frickmann Young

Professor do Instituto de Economia e Núcleo de Ciências Ambientais Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto do Instituto de Economia e do Núcleo de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharel em Ciências Econômicas (1986) e Mestre em Economia (1992) pela UFRJ; Pós-Graduado em Políticas Públicas pelo ILPES/CEPAL, Santiago do Chile (1990); e Doutor em Economia pela Universidade de Londres (University College London), título obtido em 1997. www.ie.ufrj.br/gema.

Regina Lucia Gadioli dos Santos

Economista, formada na Universidade de Brasília, aposentada pelo IBGE, consultora, professora da Universidade Salgado de Oliveira, master em Planejamento Econômico pela Universidade de Antuérpia, na Bélgica, diretora de Relações Sindicais do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro. ■

Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes

Economista formada pela UFRJ (1999), especialista em Políticas Públicas e Governo/IUPERJ/UCAM (2002), mes-

Desconto de 40% para assinar o jornal Valor Econômico? Só para os associados Corecon.

Assine por 1 ano
Apenas 10x R\$37,50 por jornal
com seu cartão de crédito ou débito em conta.

Sempre no seu jornal
✓ A opinião de articulistas renomados no cenário econômico nacional e internacional.

Sempre na sua assinatura
✓ Garantia de receber o jornal de segunda a sexta e não perder nenhuma edição.

A melhor e mais completa cobertura de economia, negócios e finanças do mercado com absoluta independência editorial.

Recebimento grátis das revistas e anuários publicados no período da sua assinatura.

Ligue e assine: 0800 701 8888
ou acesse www.valoronline.com.br

Valor Respeito ao leitor